

Conselho da FIESP pede redução do déficit e da folha de pagamentos

por Antônio Gutierrez
de São Paulo

O plano de ajuste do governo caminhará para o fracasso, caso o déficit público não seja zerado ou pelo menos reduzido drasticamente. Essa foi a principal conclusão a que chegaram os membros do conselho superior de economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), após uma reunião extraordinária de duas horas, realizada na manhã de ontem na sede da entidade, para debater as possíveis medidas econômicas que o governo está preparando.

O conselho, que congrega economistas e empresários, foi reforçado com a participação de dois ex-ministros da Fazenda: Antônio Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen. Um documento com sete itens resumiu os pontos de consenso do encontro. Todas as medidas, inclusive as que incluem o controle do déficit, devem ser debatidas no âmbito do pacto social, afirma o documento.

"É possível fazer tudo, depois que o governo fizer a sua parte", disse Mário Amato, presidente da FIESP, após entregar uma cópia do documento à imprensa. "Isso não é uma afronta ao governo, é uma sugestão", observou. Para ele, um congelamento de preços pode ser aceito pelos empresários desde que o governo mostre cortes efetivos do déficit. "Se há um déficit zero, uma inflação próxima de zero, a URP não será tão necessária e o congelamento é factível."

"Se o governo não zerar o déficit público, não deve meter-se na aventura do congelamento", aconselhou Delfim Neto. "Eu não correria o risco de esquema algum em uma redução dramática do déficit público." Ele observou, e os empresários concordaram, que a URP está incomodando o setor público, e não o privado, e que o governo teria "um leque de opções" para superar essa dificuldade, sem ter de recorrer necessariamente a demissões.

O presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, disse que o governo precisa reduzir de 80 para 65% as despesas com pessoal em relação à receita. Para ele, o País já vive um processo de recessão, que deve ser acentuado com a necessidade de se adotar uma política monetária apertada.

Para Delfim Neto, a dimensão da recessão vai depender da política de renda definida pelos empresários e trabalhadores. Ele defendeu o congelamento de preços e salários, simultaneamente com medidas que zerem o déficit, por um período de três a cinco semanas, tempo suficiente para empresários e trabalhadores escolherem uma política de renda eficaz. "Se escolherem uma política de renda má, teremos falências e desemprego. Com uma política adequada, o custo da recessão será relativamente pequeno e voltaremos a crescer."

O economista Affonso Celso Pastore observou que o controle do déficit público é apenas um caminho e que outras medidas complementares devem ser adotadas. "O grande problema do Brasil é voltar a crescer. O governo não tem tido disposição de enfrentar o grande problema que é o das finanças públicas", observou Delfim Neto. Segundo ele, falta ao ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, apoio total do presidente José Sarney. Para Delfim Neto as medidas devem ser debatidas pelos integrantes do pacto social.

Na opinião de Amato, a equipe econômica do governo demonstra vontade de acertar. "O sucesso do plano depende do presidente da República", diz o presidente da FIESP. Ele acha que Sarney perderá popularidade nos primeiros meses do plano em vigor, "mas depois poderá sair como um grande estadista".

Durante a reunião, da qual participaram quinze empresários e sete economistas, a predominância das discussões foi a necessidade de um corte drástico do déficit, preferencialmente por meio de uma redução da folha de pagamentos. O único momento em que houve divergências entre os participantes da reunião foi quando o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas, levantou a questão do forte impacto do pagamento dos juros da dívida interna e externa sobre as contas governamentais, sugerindo que esse ponto também fosse incorporado à nota oficial. Delfim Neto e Simonsen discordaram, e Delfim chegou a dizer que se esse item aparecesse na nota oficial, ele não assinaria o documento. Acabou sendo decidido que ninguém assinaria o documento e que Amato o apresentasse como uma sugestão do conselho de economia da FIESP aceito pela presidência da casa.

A íntegra do documento é a seguinte:

O conselho superior de economia da FIESP, reunido em sessão extraordinária, decidiu sugerir à entidade o seguinte:

1. Qualquer proposta de estabilização da economia brasileira deve ser previamente discutida no âmbito do pacto social, observados os seguintes princípios:

a. O governo deve reduzir drasticamente o déficit público e, se possível, zerá-lo.

b. O controle do déficit pelo caixa é medida frágil e não gera a credibilidade necessária; significa mero atraso de pagamentos e ampliação do endividamento.

c. O governo deve cumprir a Constituição, a qual limita a 65% da receita as despesas com pessoal.

d. Onde quer que o governo decida cortar os gastos, deve fazê-lo, dando uma demonstração inequívoca de que os cortes efetivamente ocorreram.

e. A política monetária deve ser conduzida de forma compatível com as metas de combate à inflação.

2. Observadas as condições acima, temos certeza de que o empresariado estará preparado para colaborar na formulação de uma política de rendas que apresse o combate à inflação com menor custo social possível e equanimemente distribuído.